

~~Art. 6º. Publicada a presente alteração regimental, os artigos modificados e instituídos deverão ser consolidados ao texto do Ato nº 16, procedendo-se nova publicação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, através do Diário Oficial Eletrônico e Portal Eletrônico do TCMPA.~~

~~Art. 7º. O presente ato entra em vigor no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de sua publicação, junto ao Diário Oficial Eletrônico do TCMPA.~~

**Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 02 de setembro de 2020.**

**Francisco Sérgio Belich de Souza Leão**  
Conselheiro/Presidente

**Sebastião Cezar Leão Colares**  
Conselheiro/Corregedor

**Mara Lúcia Barbalho da Cruz**  
Conselheira/Ouvidora

**Luis Daniel Lavareda Reis Junior**  
Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

**Antonio José Costa de Freitas Guimarães**  
Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

**Sérgio Franco Dantas**  
Conselheiro-Substituto-Convocado

**José Alexandre da Cunha Pessoa**  
Conselheiro-Substituto-Convocado

## RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA

### DETERMINAÇÃO PLENÁRIA

**RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 13/2020/TCMPA, de 02 de setembro de 2020.**

**EMENTA:** Disciplina os procedimentos e critérios para elaboração, divulgação e disponibilização à Justiça Eleitoral da relação nominal prevista no § 5º, do art. 11, da Lei Federal nº 9.504/1997, para as Eleições Municipais de 2020, pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará e dá outras providências.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ**, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como, no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma **art. 2º, incisos II e VI, da Lei Complementar nº 109, de 27 de dezembro de 2016 e art. 2º, incisos II e VI, do Regimento Interno (Ato nº 19/2017)**, por intermédio desta Resolução Plenária, de cumprimento obrigatório, e,

**CONSIDERANDO** a preconizada atuação deste Tribunal de Contas junto à Justiça Eleitoral, no desenvolvimento de ações que garantam plena eficácia às disposições contidas na **Lei Complementar nº 64/90**, especialmente, quanto à inelegibilidade prevista no seu **art. 1º, inciso I, alínea “g”**;

**CONSIDERANDO** que o disposto no art. 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar nº 64/1990, alterado pelo art. 2º da Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010 (Lei da Ficha Limpa), que dispõe sobre a inelegibilidade decorrente de rejeição de prestações de contas, apuradas pelas respectivas Cortes Especializadas;

**CONSIDERANDO** que as condições de elegibilidade e as causas de inelegibilidade devem ser aferidas no momento da formalização do pedido de registro da candidatura, cujo prazo final está fixado para o dia 26/09/2020, ressalvadas as alterações, fáticas ou jurídicas, supervenientes ao registro que afastem a inelegibilidade, conforme previsto pelo § 10, do art. 11, da Lei Federal nº 9.504/1997;

**CONSIDERANDO** as prerrogativas jurisdicionais inerentes ao TCMPA, quanto ao julgamento dos ordenadores e responsáveis, na forma do **inciso II, do art. 71, da CF/88**, bem como o dever de encaminhamento da relação de ordenadores e terceiros responsáveis, alcançados por decisões transitadas em julgado, no âmbito desta Corte de Contas, conforme disciplina estabelecida nos termos do § 5º, do art. 11, da Lei Federal nº 9.504/1997;

**CONSIDERANDO**, ainda, a tese de repercussão geral fixada pelo Supremo Tribunal Federal, em sede do Recurso Extraordinário nº 848.826/DF, segundo o qual “para os fins do art. 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), a apreciação das contas de prefeitos, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores”;

**CONSIDERANDO**, por fim, que compete à Justiça Eleitoral aferir a incidência da referida inelegibilidade ante os dados e informações fornecidos pelo Tribunal de Contas, a partir das ações próprias de impugnação, estabelecidas pela legislação eleitoral.



**RESOLVE: APROVAR A PRESENTE RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA, QUE DISCIPLINA OS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO, DIVULGAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO À JUSTIÇA ELEITORAL DA RELAÇÃO NOMINAL PREVISTA NO § 5º, DO ART. 11, DA LEI FEDERAL Nº 9.504/1997, PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020, NOS SEGUINTE TERMOS:**

**Art. 1º.** O TCMPA encaminhará à Justiça Eleitoral a relação dos responsáveis que nos 08 (oito) anos imediatamente anteriores ao da data final para pedido de registro de candidaturas, forem enquadrados, cumulativamente, nas seguintes condições:

**I** - tiveram suas contas julgadas irregulares, com trânsito em julgado compreendido entre o período de 26/09/2012 a 25/09/2020;

**II** – receberam parecer prévio do Tribunal de Contas, recomendando a rejeição de suas contas anuais, com trânsito em julgado compreendido entre o período de 26/09/2012 a 26/09/2020;

**§ 1º.** Serão excluídos da relação nominal prevista no *caput*, os nomes dos ex-Prefeitos Municipais, ainda que alcançados pela previsão do inciso II, receberam julgamento político, no âmbito das Câmaras Municipais, favoráveis a aprovação das contas.

**§ 2º.** Para fins de atendimento do § 1º, deste artigo, serão consideradas as informações prestadas pelas respectivas Câmaras Municipais, por intermédio dos respectivos Portais da Transparência, até a data de 13/08/2020 e/ou por comunicação formal, realizada junto ao TCMPA, até a data de 21/09/2020.

**§ 3º.** Não serão incluídas na relação prevista no *caput*, deste artigo, os nomes dos responsáveis que interpuseram Pedido de Revisão, sob os quais houve deferimento do Tribunal Pleno, de concessão de efeito suspensivo, na forma do art. 84, *caput* e § 3º, da Lei Complementar nº 109/2016.

**Art. 2º.** Para os fins desta Resolução, considera-se como decisão transita em julgado, aquelas para as quais não mais aplicáveis os recursos previstos nos **artigos 81 e 82, da Lei Complementar nº 109/2016**, considerados os respectivos prazos legais.

**Art. 3º.** Constarão, obrigatoriamente, da relação a que se refere o *caput* do art. 1º, observada a disponibilidade de informações mantidas no âmbito deste TCMPA, os seguintes dados:

**I** – Identificação do responsável, com nome e CPF;

**II** – Deliberações atinentes ao julgamento, inclusive em grau de recurso, bem como o número do processo no TCMPA, incluindo-se, além do voto do Relator e eventual manifestação divergente, os pareceres emitidos pela área técnica e Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas;

**III** – Data em que a deliberação transitou em julgado;

**IV** – Informações sobre o vínculo existente entre o responsável e a Administração Pública quando da ocorrência das irregularidades que deram causa ao julgamento irregular, bem como, se for o caso, do órgão ou entidade correspondente.

**Art. 4º.** A relação será enviada à Justiça Eleitoral, até o dia 25/09/2020, após homologação do Tribunal Pleno sobre a matéria, fixada para a Sessão Ordinária Virtual de 23/09/2020.

**Parágrafo único.** Na incidência de caso fortuito ou força maior, que impossibilite a realização da Sessão Plenária, prevista no *caput* deste artigo, competirá à Presidência, nos termos do inciso XXXI, do art. 56, do Regimento Interno do TCMPA, decidir monocraticamente, submetendo a matéria, na Sessão Plenária subsequente.

**Art. 5º.** As decisões judiciais supervenientes à remessa da relação à Justiça Eleitoral, nos termos do art. 4º, em que houver determinação ao Tribunal de Contas, no sentido de excluir responsáveis ou deliberações da relação de que trata o art. 1º, desta Resolução, deverão ser prévia e imediatamente submetidas à Diretoria Jurídica para orientação da Presidência e Secretaria Geral, quanto às providências a serem adotadas, para o exato cumprimento da decisão.

**Art. 6º.** As informações constantes da relação referida no art. 1º, desta Resolução, após a sua remessa à Justiça Eleitoral, serão de caráter público, em atendimento à Lei de Acesso à Informação - LAI.

**§ 1º.** A Secretaria Geral, com suporte da Diretoria de Tecnologia da Informação, organizará e manterá atualizada para consulta, a partir de 01/10/2020, no Portal do Tribunal de Contas a relação dos responsáveis cujos julgamentos correspondam às hipóteses do art. 1º desta Resolução.



§ 2º. Constará da relação mencionada neste artigo, além dos dados indicados no art. 3º, acesso (link) ao sistema de consulta processual, no qual estarão disponíveis os atos decisórios relacionados à instrução dos processos.

**Art. 7º.** Na eventualidade de ocorrências de inconsistências apuradas na relação prevista no art. 1º, mediante provocação da parte interessada e/ou partido político, junto ao TCMPA, proceder-se-á com sua imediata avaliação, retificação e comunicação à Justiça Eleitoral e à Procuradoria Regional Eleitoral no Estado do Pará, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias.

**Art. 8º.** Os procedimentos internos destinados ao levantamento das informações e documentos necessários à consolidação da relação prevista no art. 1º, desta Resolução, serão executados pela Secretaria Geral e Diretoria de Tecnologia da Informação.

**Parágrafo único.** Compete à Diretoria Jurídica assegurar o permanente assessoramento à Secretaria Geral e Diretoria de Tecnologia da Informação, objetivando o fiel e tempestivo cumprimento das ações previstas nesta Resolução.

**Art. 9º.** A Presidência do TCMPA designará, mediante Portaria, os servidores que atuarão junto à Procuradoria Regional Eleitoral do Estado do Pará, vinculada ao Ministério Público Federal, em regime de Plantão Eleitoral, durante o período de 31/08/2020 a 08/10/2020, conforme previsto no Termo de Acordo de Cooperação nº 002/2020/MPF-PA/TCE-PA/TCMPA, celebrado em 24/06/2020.

**Parágrafo único.** Será observado o quantitativo mínimo de 04 (quatro) servidores, que atuarão em regime de escala, preferencialmente designados dentre aqueles lotados na Secretaria Geral e Diretoria Jurídica do TCMPA.

**Art. 10.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente do Tribunal de Contas, a quem compete expedir os atos necessários ao fiel cumprimento desta Resolução e providenciar o encaminhamento da relação à Justiça Eleitoral.

**Art. 11.** Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

## **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, 02 de setembro de 2020.**

**Francisco Sérgio Belich de Souza Leão**  
Conselheiro/Presidente

**Sebastião Cezar Leão Colares**  
Conselheiro/Corregedor

**Mara Lúcia Barbalho da Cruz**  
Conselheira/Ouvidora

**Luis Daniel Lavareda Reis Junior**  
Conselheiro/Presidente da Câmara Especial

**Antonio José Costa de Freitas Guimarães**  
Conselheiro/Vice-Presidente da Câmara Especial

**Sérgio Franco Dantas**  
Conselheiro Substituto Convocado

**José Alexandre da Cunha Pessoa**  
Conselheiro Substituto Convocado

## **INSTRUÇÃO NORMATIVA**

### **DETERMINAÇÃO PLENÁRIA**

#### **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 14/2020/TCMPA, de 02 de setembro de 2020.**

**EMENTA:** Dispõe sobre procedimentos para o tratamento, no âmbito dos Municípios do Estado do Pará, dos dados que apontam possíveis irregularidades relacionadas à concessão do auxílio emergencial de que trata o artigo 2º da Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, aos agentes públicos estaduais, municipais e do Distrito Federal, para enfrentamento da pandemia vinculada ao “NOVO CORONAVÍRUS” (COVID-19).

**O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas, bem como no exercício do poder regulamentar de matérias de sua atribuição no âmbito de sua competência e jurisdição, na forma do art. 2º, II, da Lei Complementar nº 109, de 27 de dezembro de 2016 e do art. 3º, do Regimento Interno (Ato nº 16/2013), por intermédio desta Instrução Normativa de cumprimento obrigatório;**

**CONSIDERANDO a instituição, pela Instrução Normativa nº 13/2020/TCMPA, de 01 de julho de 2020, da Fiscalização Conjunta de Folhas de Pagamento de Pessoal e benefícios previdenciários, pela Controladoria-Geral da União e esta Corte de Contas, para verificação, mediante**

